

# **A JUSTIÇA RESTAURATIVA E APLICAÇÃO DA LEI 11.343/2006 NO CONTEXTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**

Aluna: Jaqueline Aparecida Coelho\*

Orientador: Galvão Rabelo\*\*

**SUMÁRIO:** Introdução. 1. A legislação brasileira sobre drogas. 1.1 Evolução histórica. 1.2 Problemática das drogas. 1.3 Atual lei de tóxicos. 1.4 A criminalidade. 2. Direitos fundamentais. 2.1 Direito à vida e à saúde. 2.2 Dignidade da pessoa humana. 3. Justiça Restaurativa. 3.1 Conceito. 3.2 Vantagens. 4. A lei de drogas e o Juizado Especial Criminal. 4.1 Desclassificação. 4.2 Aplicação das penas. 4.3 Atuação do Poder Judiciário e eficácia das penas. 4.4 Prevenção ao uso de drogas no Juizado. 5. Justiça Restaurativa e a lei 9099/05. 5.1 Desenvolvimento do programa 5.2 Realidade e as condições de aplicabilidade do programa. 6. Projeto de alteração da lei 11343/06. Conclusão. Referências Bibliográficas.

## **RESUMO**

A legislação sobre drogas foi modificando com o passar do tempo. O sistema atual, com a lei 11343 de 2006, inovou ao tratar diferentemente a figura do usuário e a do traficante, optando assim por medidas a fim de reinserir e reintegrar o usuário/dependentes de drogas e punindo com mais rigor os traficantes, respeitando, é claro, os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Porém tais medidas não têm alcançando a satisfação esperada. A criminalidade continua aumentando e o Poder Público busca soluções para resolver esta problemática. Uma solução seria a aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, uma vez que condiz com os princípios que regem o mesmo. A lei 9099/95 que regula os procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é a responsável pela aplicação das penas aos usuários/dependentes de drogas, como as penas de advertência sobre o uso das drogas, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou curso educativo. Através da Justiça Restaurativa, que é uma forma de atuação interdisciplinar entre a comunidade, o Judiciário, a Saúde, dentre outros, poder-se-ia garantir uma eficácia das penas, uma vez que a mesma busca uma resposta consensual, construída com a participação dos envolvidos no conflito, levando diminuição de condutas delituosas e a paz social.

**PALAVRA-CHAVE:** Justiça Restaurativa. Lei nº 11.343/2006 no contexto dos Juizados Especiais Criminais. Eficácia das Penas.

---

\*Acadêmica do 10º período de Direito da Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC)-Ubá. Email: quelcoelho@yahoo.com.br.

\*\* Professor graduado em Direito pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Especialista em Ciências Penais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Advogado.